

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 31 de março de 2022

Índice

Índice	2
1 Órgãos Sociais	3
2 Constituição e Objetivos	4
3 Caracterização da Instituição	5
4 Análise Económica e Financeira.....	7
Enquadramento Macroeconómico	7
Desempenho Operacional e Resultados.....	8
Análise Financeira	9
5 Perspetivas de Evolução a Médio Prazo.....	11
6 Proposta de Aplicação de Resultados.....	12
7 Considerações Finais	12
8 Demonstrações Financeiras	13
Balanço.....	14
Demonstrações dos Resultados por Naturezas	15
Demonstrações de Alterações de Fundos Patrimoniais	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
9 Relatórios de Auditoria.....	40

11/5
10/11
DF 17.
RA

1 Órgãos Sociais

CONSELHO GERAL

Presidente da Mesa Prof. Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço
(Em representação do associado IST)

Primeiro Secretário Prof. Doutor Luís Eduardo Teixeira Rodrigues
(Presidente do Conselho Científico)

Segundo Secretário Prof. Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira
(Em representação do associado INESC)

DIREÇÃO

Presidente Prof^a Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria

Vogais Executivos Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho
Prof^a Doutora Susana de Almeida Mendes Vinga Martins
Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia
Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma

CONSELHO FISCAL

Presidente Prof. Doutor João Manuel Ricardo Catarino

Vogal Prof^a Doutora Maria Isabel Marques Dias

Revisor Oficial Grant Thornton – SROC, Lda, representada pelo
de Contas Prof. Doutor Victor Domingos Seabra Franco

2 Constituição e Objetivos

O INESC-ID é uma instituição dedicada à Investigação & Desenvolvimento e Inovação (I&D+i) avançados nas áreas de Ciências da Computação, Eletrotécnica e Engenharia de Computadores. O INESC-ID foi constituído em Julho de 1999, como resultado da reorganização das atividades de I&D da sua instituição-mãe, o INESC, em Lisboa. Dessa reorganização foram criados cinco institutos: o INESC-ID, o INOV, o INESC-MN, o INESC TEC e o INESC Coimbra.

É uma associação privada sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, por despacho do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro de 3 de Setembro de 2003, publicado na II Série do Diário da República de 27 de Setembro de 2003. Foi ainda reconhecida ao INESC-ID idoneidade em material de I&D, pelo Despacho Conjunto nº 682/2002 dos Ministérios da Economia e da Ciência e da Tecnologia, publicado em Diário da República, II série, de 3 de Setembro de 2002. A 3 de Dezembro de 2004, por despacho da Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o INESC-ID assumiu o Estatuto de Laboratório Associado, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 125/99 de 20 de Abril, substituído durante o ano de 2019 pelo Decreto-Lei nº 63/2019 de 16 de Maio. O INESC-ID viu renovado o seu estatuto de Laboratório Associado em 2021, por um período de 10 anos.

O INESC-ID possui ainda o reconhecimento da sua atividade científica para efeitos de Mecenato Científico.

Os seus associados são:

- IST - Instituto Superior Técnico (51%);
- INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (49%).

De acordo com o Artigo 2º dos Estatutos, o INESC-ID tem como objeto o exercício da atividade de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, cobrindo também a prestação de serviços, tendo em conta a realização de investigação científica e tecnológica de base nas áreas a que se dedica. Promove, ainda, a transferência de conhecimentos e a utilização de tecnologias avançadas por empresas e instituições, estabelecendo contratos-programa com entidades públicas ou privadas, visando intervenções estruturadas e programáticas de médio e longo prazo. Atua, ainda, na formação de recursos humanos qualificados, através de cursos especializados, estágios e apoio à realização de trabalhos de mestrado e doutoramento. Complementarmente, realiza uma importante atividade de disseminação do conhecimento, publicando os resultados da investigação a que se dedica e difundindo a cultura científica e tecnológica nas suas áreas de atuação, permutando informação científica e técnica com outras instituições, promovendo o debate e a divulgação de resultados através da organização de colóquios, seminários e conferências.

Os objetivos estratégicos para o período 2020-2030, bem como a caracterização geral da instituição, encontram-se descritos no relatório de atividades do ano em análise.

3 Caracterização da Instituição

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, foi estruturada em quatro grandes linhas temáticas:

- Transformação e Cidadania Digital
- Tecnologias da Vida e da Saúde
- Transição Energética
- Segurança e Privacidade

As quatro linhas temáticas descritas promovem sinergias entre as 11 áreas científicas e procuram enfrentar os atuais desafios sociais. As áreas científicas são as seguintes:

- Inteligência artificial para os indivíduos e a sociedade
- Raciocínio automático e software confiável
- Redes de comunicação
- Sistemas distribuídos, paralelos e seguros
- Interatividade gráfica
- Energia verde e conversores inteligentes
- Arquiteturas e sistemas de computação de alto desempenho
- Tecnologias da língua e da fala
- Informação e sistemas de apoio à decisão
- Sistemas e circuitos nano-eletrónicos
- Sistemas sustentáveis de potência

O INESC-ID posiciona-se, assim, como uma instituição com elevado impacto social, disponibilizando um número significativo de serviços e produtos para a comunidade. Para o efeito, é privilegiado e promovido o diálogo permanente entre a indústria, a investigação e a academia, através da formalização das diferentes formas de cooperação que o INESC-ID tem estabelecido com diversas entidades, nomeadamente no que concerne a recursos humanos, infraestruturas e partilha de know-how.

Destaca-se ainda um elevado número de acordos de cooperação com outras instituições e empresas, quer no âmbito dos projetos de investigação, quer através de contratos de prestação de serviços.

Em Dezembro de 2021, pertenciam ao Conselho Científico do INESC-ID (CCIL) um total de 177 investigadores:

138 Investigadores com doutoramento, e

39 investigadores com agregação

Para além dos membros do CCIL, colaboram ainda com a instituição:

12 investigadores com agregação,

25 Investigadores com doutoramento, e

233 Investigadores com mestrado ou licenciatura

O corpo de investigadores é constituído principalmente por docentes do IST, pertencentes aos Departamentos de Engenharia Informática (DEI), Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (DEEC), Departamento de Matemática (DM) e Departamento de Biomédica (DBIO), sendo distribuídos da seguinte forma:

DEI: 66 docentes;

DEEC: 46 docentes;

DM: 1 docente;

DBE: 1 docente;

DCivil: 1 docente.

(incluem-se investigadores ativos, investigadores reformados, investigadores eméritos e colaboradores externos)

Na presente data, o INESC-ID tem diversos Third Party Agreements (e outras parcerias) para efeitos de cedência de investigadores que realizam parcialmente o seu trabalho no âmbito das atividades e nas instalações do INESC-ID, de que o Instituto Superior Técnico é exemplo, entre outras instituições.

Os bolseiros integrados na equipa são, maioritariamente, financiados pela FCT (diretamente ou através de bolsas integradas em projetos de investigação) e no âmbito de projetos europeus.

Em 2021, o financiamento do INESC-ID proveio essencialmente das seguintes fontes relacionadas com a atividade operacional:

- Contratos de I&D com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, no valor de 730 mil Euros;
- Subsídios de instituições nacionais, no montante de 2 810 mil Euros;
- Projetos de investigação internacionais efetuados em parceria com outras instituições de I&D e empresas nacionais e estrangeiras, de entre os quais sobressaem os projetos financiados pela Comunidade Europeia, no valor 1 124 mil Euros;
- Subsídios ao investimento no montante de 228 mil Euros;

- Proveitos de conferências no montante de 123 mil Euros.

4 Análise Económica e Financeira

Enquadramento Macroeconómico

Após a queda histórica do PIB em 2020, da ordem de – 8,4%, causada pela crise pandémica, a economia portuguesa iniciou um ciclo de recuperação em 2021, que se espera se mantenha nos próximos anos.

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o PIB em Portugal regista em 2021 um crescimento de 4,9%, devendo manter idêntico perfil de crescimento em 2022 e depois mais moderado em 2023 e 2024. A confirmarem-se estas estimativas, o nível pré-pandémico poderá ser alcançado na 1ª metade de 2022.

Para esta recuperação contribuíram uma forte expansão das exportações e da procura interna, de 13% e 5%, respetivamente.

O nível de emprego teve igualmente um desempenho positivo, com um acréscimo de 2,1%.

Por seu lado, o investimento, após a redução de 2020, também contribuiu para a recuperação da economia, tendo a formação bruta de capital fixo aumentado cerca de 6%.

No que respeita às atividades de investigação desenvolvidas pelo INESC ID, os efeitos da pandemia não se fizeram sentir de forma acentuada, tendo, à semelhança de 2020, mantido uma trajetória de crescimento. Para tal, muito contribuiu a natureza plurianual dos projetos em execução e a estabilidade dos fluxos dos cofinanciamentos nacionais e europeus associados à sua execução, bem como a manutenção de um bom ritmo de angariação de novas candidaturas face às oportunidades que, entretanto, surgiram.

As perspetivas futuras estão neste momento confrontadas com um elevado nível de incertezas, associadas ao conflito armado que assola a Europa desde o início de 2022, a que poderá acrescer o efeito de eventuais novas vagas da pandemia. Alguns impactos adversos da situação de guerra já se começam a fazer sentir na economia, desde o aumento de preços da energia, constrangimentos nas cadeias de abastecimento de bens e matérias-primas essenciais e subida significativa da inflação, cuja intensidade dependerá muito da duração do conflito.

A mitigar estes efeitos estarão o pacote de maiores recebimentos de fundos europeus que se perspetiva e a concretização dos projetos e investimentos estruturantes associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja contratualização se prevê para o início de 2022.

Constituindo uma oportunidade para a economia em geral, e em particular para as atividades de investigação, este contexto representa também enormes desafios, sobretudo no que toca à eficácia de execução do PRR, e à angariação da mão-de-obra qualificada necessária, área onde se antecipa uma elevada competição.

11/9
ID
me
87.
ID

Desempenho Operacional e Resultados

Apesar da crise pandémica, o exercício de 2021 registou globalmente um crescimento da atividade. Os rendimentos totais passaram de 4 651 mil Euros em 2020 para 5 184 mil Euros em 2021, representando um aumento de 11,5% face ao ano anterior.

O Resultado líquido alcançado no exercício e o Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos ("EBITDA"), registaram uma ligeira subida em comparação com 2020, registando valores positivos de 54 mil euros e 335 mil euros, respetivamente.

Em termos económico-financeiros, a situação do INESC-ID, manteve-se estável e equilibrada à luz de diversos indicadores que se apresentam no quadro abaixo:

Informação Financeira	(Milhares de Euros)				
	2021	2020	2019	2018	2017
Rendimentos totais	5 184	4 651	4 542	3 011	3 259
("EBITDA")	335	262	277	167	218
("EBIT")	59	45	46	13	53
Resultado líquido	54	40	42	12	57
Ativo líquido	6 813	7 691	6 851	6 245	4 409
Capital próprio	1 370	1 304	1 271	1 276	1 124
Investimento	244	290	162	85	79

No que se refere à repartição dos Rendimentos por atividades, quer a componente de Prestações de Serviços, quer a de Projetos de I&D (Subsídios à Exploração), registaram uma evolução positiva, em cerca de 21% e 4%, relativamente ao ano anterior, respetivamente:

Rendimentos	(Milhares de Euros)			
	2021	2020	Var.21/20	Δ%
Rendimentos operacionais				
Vendas e Prestação de Serviços	730	601	129	21
Subsídios à Exploração	3 934	3 789	145	4
Outros Rendimentos	480	220	260	118
Rend. financeiros e Ganhos associadas	41	41	-1	-1
Rendimentos totais	5 184	4 651	533	11,5

Os Rendimentos provenientes de projetos I&D nacionais e europeus também aumentaram, totalizando 3 934 mil euros em 2021, registando um aumento nos projetos nacionais de 108 mil euros e 37mil euros nos europeus (+4% face a 2020).

A componente de Outros Rendimentos registou um aumento de 118%, que teve origem em reversão de imparidades, nomeadamente em investimentos financeiros (20 mil euros) referente a

uma participada, e reversão de “provisões” no total de 90 mil euros, sobretudo referentes às dotações do exercício relacionadas com os valores a receber de projetos de I&D.

A realização de conferências, denota uma ligeira subida, de cerca de 100 mil euros, reflexo de uma ligeira retoma, no período pós crise pandémica.

Neste exercício, merecem ainda destaque pelo segundo ano consecutivo, os ganhos registados relativos a dividendos, recebidos de uma “start-up” participada do INESC_ID, no valor de 40 mil euros.

No capítulo dos Gastos, registou-se em síntese a seguinte evolução:

Gastos	(Milhares de Euros)			
	2021	2020	Var.21/20	Δ%
<i>Gastos operacionais</i>				
Fornec. e Serviços Externos	1 817	1 294	524	40
Gastos com Pessoal	2 905	2 782	124	4
Amortizações e Depreciações	276	218	58	27
Outros gastos	126	313	-187	-60
<i>Gastos financeiros</i>				
	6	5	0	3
<i>Gastos totais</i>	5 130	4 611	519	11,3

Os Gastos totais aumentaram 11,3% em relação ao ano anterior, globalmente em linha com a evolução da atividade, embora com evoluções distintas nas suas principais componentes.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 40%, relacionado com os acertos com as instituições académicas referentes à cedência de investigadores para a execução de projetos do INESC ID.

Do lado dos Gastos com Pessoal o crescimento foi mais moderado, da ordem de 4%, tendo-se registado uma redução dos Outros Gastos (menos 60%), sobretudo devido a menores imparidades registadas.

Análise Financeira

A situação financeira do INESC ID manteve-se equilibrada em 2021. A estrutura patrimonial refletida no Balanço a 31 de dezembro 2021 é, em síntese, a seguinte:

ARS
JLF
me
S.
D.

Balanço		(Milhares de Euros)		
	2021	2020	Δ %	
Ativos fixos	412	420	-2%	
Ativos correntes				
Dívidas correntes a receber	3 117	3 873	-20%	
Diferimentos	13	25	-49%	
Disponibilidades	3 272	3 373	-3%	
Total do Ativo	6 813	7 691	-11%	
Passivo não corrente (Provisões)	641	640	0%	
Passivos correntes				
Dívidas correntes a pagar	1 436	1 457	-1%	
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-	
Diferimentos	3 366	4 290	-22%	
Total do Passivo	5 444	6 387	-15%	
Total dos Fundos Patrimoniais	1 370	1 304	5%	
Indicadores				
Autonomia Financeira	20%	17%	19%	
Liquidez Geral	133%	127%	5%	

No Ativo, as Dívidas correntes a receber diminuíram em cerca de 20% face ao ano anterior. Esta rubrica integra sobretudo os montantes a receber das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos de I&D nacionais e europeus, que totalizam 2,8 milhões de euros, e decorrem do ciclo de vida normal destas operações, que se aproximam da fase de início dos respetivos programas.

Também relacionado com o ciclo plurianual dos projetos, de realçar, no Passivo, a diminuição da rubrica de Diferimentos para um total de 3,4 milhões de euros (menos 22%). Esta rubrica integra os adiantamentos recebidos das entidades financiadoras, em consequência de submissão de pedidos de pagamento relativos ao início dos projetos.

Como consequência da evolução das dívidas a receber, a situação de liquidez de curto prazo mantém-se equilibrada, com os Ativos correntes a superarem os Passivos correntes em 133%.

Do lado das origens de fundos, o balanço evidencia a capacidade de autofinanciamento do INESC ID, sem necessidade de recurso a qualquer endividamento financeiro para a realização das atividades de investigação. A situação de tesouraria manteve-se positiva, com as disponibilidades a atingirem os 3,3 milhões de euros, representando cerca de 48% do Ativo total.

No Passivo não corrente, mantém-se a provisão relativa ao Imposto de valor acrescentado, no valor de 579 mil euros, aguardando-se, para breve, o desfecho dos respetivos processos judiciais em curso.

Os Fundos Patrimoniais cresceram cerca de 5%, em consequência do Resultado líquido alcançado no exercício, atingindo um valor 1 370 mil euros, com um rácio de autonomia financeira de 20%.

IPS
LF
we
S.F.
AF

5 Perspetivas de Evolução a Médio Prazo

O INESC-ID foi avaliado com a classificação de “Excelente” na última avaliação da FCT, o que garantiu um nível de financiamento plurianual FCT para o período 2020-2023 semelhante ao dos anos anteriores. Em 2021, foi renovado o estatuto de Laboratório Associado do INESC-ID, o qual permitirá um financiamento adicional. No total, em 2021, o INESC-ID teve em execução 74 projetos nacionais, 14 projetos europeus e 15 contratos bilaterais. Foram ainda iniciados 17 projetos nacionais, 2 projetos europeus, e 16 contratos bilaterais. Estes indicadores mostram o elevado grau de empenho dos investigadores da instituição, apesar da forte concorrência e da fraca taxa de aprovação nos últimos concursos de financiamento (altamente competitivos).

O INESC-ID iniciou um ciclo de crescimento das suas atividades desde 2019, as quais apresentavam nessa data boas perspetivas de continuação nos exercícios seguintes, em parte devido ao elevado acréscimo de projetos em execução. Neste enquadramento da instituição e do país, o INESC-ID decidiu por uma estratégia de investimento baseada na captura de financiamento europeu como forma de cimentar a sua afirmação científica no panorama europeu e de garantir estabilidade no seu financiamento. Neste sentido, apostou-se na criação de uma presença efetiva em Bruxelas, com a criação do INESC-HUB com custos partilhados entre as instituições do universo INESC (INESC-MN, INOV, INESC-TEC e INESC Coimbra) e na contratação de uma investigadora (PhD) com a tarefa de identificar, promover e agilizar a participação em consórcios com maior potencial ganhador de projetos europeus, bem como na contratação de um investigador (PhD) para as tarefas de comunicação institucional.

Contudo, este cenário favorável alterou-se com alguns fatores do contexto social, económico e político que atravessamos: a situação de crise pandémica declarada em março de 2020, cujas consequências económicas foram particularmente sentidas em 2021, a expectativa de subida da taxa de inflação e as indesejáveis repercussões da atual guerra na Ucrânia a toda a Europa. Se na economia os impactos são inevitavelmente negativos e de grande dimensão, já na atividade de I&D os atrasos na execução de projetos e a incerteza quanto à evolução dos fundos disponíveis nos próximos programas-quadro são contrapostos com novas oportunidades de projetos competitivos, como sejam as áreas da saúde e da aceleração da digitalização da economia.

Não obstante os fatores de incerteza em relação à situação atual, o INESC-ID tem preservado as suas características próprias, permitindo manter um moderado otimismo em relação ao futuro, uma vez que a solidez da situação financeira alcançada pelo instituto permite encarar com alguma confiança os impactos negativos desta crise, até ao regresso à normalidade e à retoma da economia. De facto, apesar das conhecidas limitações impostas pelos vários períodos de confinamento e de recuperação económica, os investigadores do INESC-ID têm mantido um esforço muito significativo na procura de financiamento (competitivo e não só).

Como prova desta atitude, desde o início do corrente ano de 2022 foram já submetidas cerca de 80 novas candidaturas de projetos, quer no âmbito dos concursos europeus em curso, quer do recente Concurso para Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos da FCT, bem como da 2ª fase dos concursos PRR. Foram também estabelecidos dois novos contratos bilaterais.

6 Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos que os resultados apurados no exercício de 2021, no montante de 53 692 Euros (cinquenta e três mil, seiscientos e noventa e dois euros), transitem para adequada conta de Resultados Transitados, após a constituição da Reserva Legal no montante de 2 685 Euros (dois mil seiscientos e cinco euros).

7 Considerações Finais

No final deste exercício cumpre expressar profundo agradecimento a todos os que depositaram confiança no INESC-ID e, em especial: aos seus associados (o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), às entidades financiadoras, aos investigadores, bolseiros e colaboradores, assim como aos restantes órgãos do INESC-ID, que têm proporcionado um crescimento, em qualidade e quantidade, da atividade da instituição.

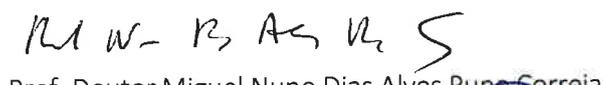
Lisboa, 28 de março de 2022.

A Direção


Prof.ª Doutora Maria Inês de Campos Lynce de Faria


Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho


Prof.ª Doutora Susana de Almeida Mendes Vinga Martins


Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia


Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma

8 Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados Por Naturezas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	314 351	346 194
Ativos intangíveis	7	273	10
Participações financeiras	8	60 486	40 486
Outros investimentos		36 873	33 750
Total do ativo não corrente		411 983	420 440
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	254 459	234 324
Estado e outros entes públicos	11	220 468	441 290
Outros créditos a receber	10	2 641 124	3 197 062
Diferimentos	12	12 662	24 984
Caixa e depósitos bancários	4	3 271 945	3 373 189
Total do ativo corrente		6 400 658	7 270 849
Total do ativo		6 812 641	7 691 289
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	13	498 798	498 798
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	14	250 000	250 000
Reserva legal	15	39 853	37 752
Resultados transitados	17	336 434	298 510
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	190 755	179 236
		1 315 840	1 264 296
Resultado líquido do exercício		53 692	40 025
Total dos fundos patrimoniais		1 369 532	1 304 321
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	18	641 148	640 373
Total do passivo não corrente		641 148	640 373
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	181 853	114 354
Estado e outros entes públicos	11	52 979	51 877
Outras dívidas a pagar	19	1 201 168	1 290 665
Diferimentos	12	3 365 961	4 289 699
Total do passivo corrente		4 801 961	5 746 595
Total do passivo		5 443 109	6 386 968
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 812 641	7 691 289

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janic Paula Rocha

A DIREÇÃO

*Monica Dias Correia de Campos
Lynce de Paula*

Nov Filipe Valente

[Assinatura]

Per No De 10 R 5

Fuzene de A de 10 R 5

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Serviços prestados	22	730 141	601 330
Subsídios à exploração	23	3 933 726	3 789 007
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	40 000	40 000
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 817 433)	(1 293 547)
Gastos com o pessoal	25	(2 905 219)	(2 781 702)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	53 590	(108 320)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	20 000	21 486
Provisões ((constituições) / reversões)	18	(775)	(61 046)
Outros rendimentos	26	406 061	198 207
Outros gastos	27	(125 079)	(143 331)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		335 012	262 084
Gastos de depreciação e de amortização	30	(275 777)	(217 538)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 235	44 546
Juros e rendimentos similares obtidos	28	595	1 157
Juros e gastos similares suportados	29	(5 628)	(5 474)
Resultado antes de impostos		54 202	40 229
Impostos sobre o rendimento do exercício	9	(510)	(204)
Resultado líquido do exercício		53 692	40 025
Resultado por unidade de participação	32	536,92	400,25

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janice Roubalova

A DIREÇÃO
Henri Des Comense de Campos
Lince de Faria
Nuno Filipe Valentim
Paulo
Paulo
Paulo
Paulo

Demonstrações de Alterações de Fundos Patrimoniais

DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos		Outros instrumentos dos fundos patrimoniais		Reserva legal (Nota 15)	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 16)		Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
	(Nota 13)	(Nota 14)	(Nota 14)	(Nota 14)			(Nota 16)	(Nota 16)		
Saldo em 1 de janeiro de 2020	498 798	250 000	250 000	35 669	258 939	186 383	41 654	1 271 443		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	40 025	40 025		
Operações e alterações no exercício:										
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	17	-	-	2 083	39 571	-	(41 654)	-		
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	(7 147)	-	(7 147)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	498 798	250 000	250 000	37 752	298 510	179 236	40 025	1 304 321		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	53 692	53 692		
Operações e alterações no exercício:										
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	17	-	-	2 101	37 924	-	(40 025)	-		
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	11 519	-	11 519		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	498 798	250 000	250 000	39 853	336 434	190 755	53 692	1 369 532		

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janice Feubabe

A DIREÇÃO
Nora Dias Comante de Campos
Vice de Feura

Nora Fipe Vlach

L

*Paula da Silva
Diretora de Administração*

Demonstração dos Fluxos de Caixa
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		673 597	766 222
Recebimentos de subsídios à exploração		3 542 189	3 030 765
Pagamentos a fornecedores		(1 758 252)	(1 701 425)
Pagamentos ao pessoal		(2 902 682)	(2 663 881)
Fluxos gerados pelas operações		(445 148)	(568 319)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(204)	(179)
Outros recebimentos		313 975	263 854
Fluxos das atividades operacionais [1]		(131 377)	(304 644)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(246 947)	(284 387)
		(246 947)	(284 387)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídio ao investimento	16	238 935	170 345
Participação financeira	8	-	6 327
Juros e rendimentos similares		595	1 157
Dividendos	8	40 000	40 000
		279 530	217 829
Fluxos das atividades de investimento [2]		32 583	(66 558)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(2 450)	(1 779)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(2 450)	(1 779)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(101 244)	(372 981)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	3 373 189	3 746 170
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	3 271 945	3 373 189

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janic Paubkela

A DIREÇÃO

Manoel José Comante de Campos
Unice de Faria

Nuno Filipe Vilela

João
Artur
Fusco de Almeida

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("Instituto" ou "INESC ID") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos que, tendo iniciado atividade em janeiro de 2000, tem como atividade principal a investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica e a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.

Na sequência de uma proposta submetida em novembro de 2004 e ao abrigo do Decreto – Lei nº 125/99 de 20 de abril, foi atribuído ao Instituto o estatuto de Laboratório Associado. Com a atribuição deste estatuto por despacho do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o Instituto assumiu novos compromissos relacionados com a prossecução de atividades em diversas áreas, das quais se destacam a investigação em tecnologias de ponta em desenvolvimento de software e hardware.

O Instituto é detido em 51% pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ("IST") e 49% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estas duas entidades.

A Direção foi acompanhando o desenvolvimento da situação de pandemia provocada pela doença COVID-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde.

Com efeito, foram tomadas, durante o exercício de 2021, e que prosseguiram adaptadas à evolução legislativa e à conjuntura global, medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, promovendo também o equilíbrio entre esse desígnio e as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade da operação do Instituto e do impacto que o mesmo tem em todos os seus clientes, colaboradores e investigadores.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho

IF
L
123
9-10

de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESLN".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESLN em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESLN em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. As perdas estimadas na sua realização, quando estimadas, são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) - que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais - são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, em 3 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

DF
me
17/15
87. D.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do exercício em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (Diferimentos) os adiantamentos e no ativo (Outros créditos a receber) os montantes a receber.

JF
me
ms
S. D.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

DF
W
RPS
R

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

ILF

Wol

MRS

9.12.12

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração, é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à ordem	1 171 945	1 673 189
Depósitos a prazo (a)	<u>2 100 000</u>	<u>1 700 000</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>3 271 945</u>	<u>3 373 189</u>

(a) Os depósitos a prazo cujo vencimento seja superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

IF
me
PPS
9.12

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2021		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	2 744 931	104 513	2 849 444
Aquisições	242 994	549	243 543
Saldo final	2 987 925	105 062	3 092 987
Depreciações:			
Saldo inicial	2 410 832	92 418	2 503 250
Depreciações do exercício (Nota 30)	271 433	3 952	275 385
Saldo final	2 682 265	96 370	2 778 635
Ativo líquido	305 659	8 692	314 351
	2020		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	2 460 647	98 429	2 559 076
Aquisições	284 284	6 084	290 368
Saldo final	2 744 931	104 513	2 849 444
Depreciações:			
Saldo inicial	2 200 289	85 719	2 286 008
Depreciações do exercício (Nota 30)	210 543	6 699	217 242
Saldo final	2 410 832	92 418	2 503 250
Ativo líquido	334 099	12 095	346 194

O aumento verificado na rubrica de “Equipamento básico” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamentos informáticos, no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	2021	
	Programas de computador	Total
<u>Ativo bruto:</u>		
Saldo inicial	33 447	33 447
Adições	655	655
Saldo final	34 102	34 102
<u>Amortizações:</u>		
Saldo inicial	33 437	33 437
Amortizações do exercício (Nota 30)	392	392
Saldo final	33 829	33 829
<u>Ativo líquido</u>	<u>273</u>	<u>273</u>
	2020	
	Programas de computador	Total
<u>Ativo bruto:</u>		
Saldo inicial	33 409	33 409
Adições	38	38
Saldo final	33 447	33 447
<u>Amortizações:</u>		
Saldo inicial	33 141	33 141
Amortizações do exercício (Nota 30)	296	296
Saldo final	33 437	33 437
<u>Ativo líquido</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	2021			Valor da participação em balanço
	Porcentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	
INOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("INOVA")	5%	33 486	-	33 486
Petsys, S.A.	6%	23 310	(23 310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20 000	-	20 000
SiliconGate, Lda.	2%	1 000	-	1 000
Smart	6%	6 000	-	6 000
		<u>83 796</u>	<u>(23 310)</u>	<u>60 486</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2020			
	Porcentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	Valor da participação em balanço
INOV	5%	33 486	-	33 486
Magnomics, Lda.	0,74%	11 944	(11 944)	-
Coreworks, S.A.	5%	18 500	(18 500)	-
Petsys, S.A.	6%	23 310	(23 310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20 000	(20 000)	-
NWC Network Concept, Lda.	8%	12 000	(12 000)	-
SiliconGate, Lda.	2%	1 000	-	1 000
Smart	6%	6 000	-	6 000
		<u>126 240</u>	<u>(85 754)</u>	<u>40 486</u>

As participações financeiras na Petsys, S.A, encontram-se diminuídas por perdas por imparidade, dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

A participação financeira na Voiceinteraction, S.A encontrava-se diminuída por perda por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo a mesma sido revertida em 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto recebeu dividendos da sua participação financeira na Voiceinteraction, S.A. no montante de 40.000 Euros em cada ano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as sociedades Coreworks, S.A., NWC Net Concept, Lda. e Magnomics, Lda. foram dissolvidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Instituto procedeu à alienação participação financeira que detinha na Heartgenetics, tendo a mesma gerado uma perda de 20.673 Euros (Nota 27).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

Rubricas	2021			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	Saldo final
INOV	33 486	-	-	33 486
Magnomics, Lda.	11 944	(11 944)	-	-
Coreworks, S.A.	18 500	(18 500)	-	-
Petsys, S.A.	23 310	-	-	23 310
Voiceinteration, S.A.	20 000	-	-	20 000
NWC Network Concept, Lda.	12 000	(12 000)	-	-
SiliconGate	1 000	-	-	1 000
Smart	6 000	-	-	6 000
	<u>126 240</u>	<u>(42 444)</u>	<u>-</u>	<u>83 796</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Magnomics, Lda.	(11 944)	11 944	-	-
Coreworks, S.A.	(18 500)	18 500	-	-
Petsys, S.A.	(23 310)	-	-	(23 310)
NWC Network Concept, Lda.	(12 000)	12 000	-	-
Voiceinteration, S.A.	(20 000)	-	20 000	-
	<u>(85 754)</u>	<u>42 444</u>	<u>20 000</u>	<u>(23 310)</u>
	<u>40 486</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>60 486</u>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and some illegible text.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2020			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão/(reforço) de Imparidade	Saldo final
INOV	33 486	-	-	33 486
Magnomics, Lda.	11 944	-	-	11 944
Coreworks, S.A.	18 500	-	-	18 500
Petsys, S.A.	23 310	-	-	23 310
Voiceinteration, S.A.	20 000	-	-	20 000
NWC Network Concept, Lda.	12 000	-	-	12 000
SiliconGate	1 000	-	-	1 000
Heartgenetic	27 000	(27 000)	-	-
Smart	6 000	-	-	6 000
	<u>153 240</u>	<u>(27 000)</u>	<u>-</u>	<u>126 240</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
INOV	(33 486)	-	33 486	-
Magnomics, Lda.	(11 944)	-	-	(11 944)
Coreworks, S.A.	(18 500)	-	-	(18 500)
Petsys, S.A.	(23 310)	-	-	(23 310)
NWC Network Concept, Lda.	-	-	(12 000)	(12 000)
Voiceinteration, S.A.	(20 000)	-	-	(20 000)
	<u>(107 240)</u>	<u>-</u>	<u>21 486</u>	<u>(85 754)</u>
	<u>46 000</u>	<u>(27 000)</u>	<u>21 486</u>	<u>40 486</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC ID encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do IRC, o INESC ID encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ascenderam a 510 Euros e 204 Euros, respetivamente (Nota 11).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto caso tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do INESC ID dos exercícios de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os créditos a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

IF
Lve
MIS
S. R.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Cientes:</u>			
Clientes gerais	437 988	(183 529)	254 459
	<u>437 988</u>	<u>(183 529)</u>	<u>254 459</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios a receber	3 708 818	(1 132 700)	2 576 118
Adiantamentos a fornecedores	17 656	-	17 656
Outros devedores - gerais	47 350	-	47 350
	<u>3 773 824</u>	<u>(1 132 700)</u>	<u>2 641 124</u>
	<u>4 211 812</u>	<u>(1 316 229)</u>	<u>2 895 583</u>
	2020		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Cientes:</u>			
Clientes gerais	381 443	(147 119)	234 324
	<u>381 443</u>	<u>(147 119)</u>	<u>234 324</u>
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios a receber	4 235 593	(1 222 700)	3 012 893
Adiantamentos a fornecedores	18 788	-	18 788
Outros devedores - gerais	165 381	-	165 381
	<u>4 419 762</u>	<u>(1 222 700)</u>	<u>3 197 062</u>
	<u>4 801 205</u>	<u>(1 369 819)</u>	<u>3 431 386</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Clientes inclui saldos com partes relacionadas no montante de 1.968 Euros (Nota 31).

Os subsídios a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Clientes	(147 119)	(36 410)	-	(183 529)
Outros créditos a receber	<u>(1 222 700)</u>	-	90 000	<u>(1 132 700)</u>
	<u>(1 369 819)</u>	<u>(36 410)</u>	<u>90 000</u>	<u>(1 316 229)</u>

57-
me
12/3
12/3

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	2020			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	
Clientes	(147 119)	-	-	(147 119)
Outros créditos a receber	(1 114 380)	(108 320)	-	(1 222 700)
	<u>(1 261 499)</u>	<u>(108 320)</u>	<u>-</u>	<u>(1 369 819)</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Ativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a)	<u>220 468</u>	<u>441 290</u>
Passivo:		
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 9)	510	204
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	21 747	19 732
Contribuições para a Segurança Social	30 061	31 161
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-
Outras tributações	<u>661</u>	<u>780</u>
	<u>52 979</u>	<u>51 877</u>

- (a) O valor de Imposto sobre o Valor Acrescentado, respeita a imposto a recuperar, resultante de aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade de investimento e de investigação do Instituto e para o qual, em exercícios anteriores, foram solicitados reembolsos, pendentes de pagamento (Nota 18).

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas do ativo e passivo corrente “Diferimentos” tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Ativo:		
Outros	<u>12 661</u>	<u>24 984</u>
Passivo:		
Subsídios à exploração	2 965 157	3 947 821
Outros	<u>400 804</u>	<u>341 878</u>
	<u>3 365 961</u>	<u>4 289 699</u>

DF
me
17/15
9.12

13. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100 unidades de participação com o valor nominal de 4.987,98 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos do Instituto estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	<u>%</u>	<u>Montante</u>
IST	51%	254 387
INESC	49%	244 411
	<u>100%</u>	<u>498 798</u>

14. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações suplementares concedidas pelo INESC. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma do fundo e da reserva legal.

15. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

16. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	186 383
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(177 492)
Subsídios obtidos	170 345
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>179 236</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(227 434)
Subsídios obtidos	238 953
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>190 755</u>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters "if" and "me" and some illegible scribbles.

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

De acordo com a Assembleia Geral de 21 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2020, disponível para aplicação, de 40.025 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2 101
Resultados transitados	37 924
	<u>40 025</u>

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

De acordo com a Assembleia Geral de 5 de junho de 2020, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2019, disponível para aplicação, de 41.654 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2 083
Resultados transitados	39 571
	<u>41 654</u>

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor das provisões tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579 327	579 327
Outras provisões	<u>61 821</u>	<u>61 046</u>
	<u>641 148</u>	<u>640 373</u>

Na sequência de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais ao Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos exercícios de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso de 2007 e 2008, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 125.000 Euros e 337.000 Euros. Em exercícios anteriores, o Instituto procedeu ao pagamento parcial daquelas liquidações, no montante de, aproximadamente, 155.000 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de aproximadamente, 641.000 Euros, tendo, no entanto, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal, as quais se encontram em curso, no Tribunal Administrativo e Fiscal, sem que a esta data tenha havido qualquer decisão sobre as mesmas.

IF
me
11/25
R

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

No decurso de 2019, o INESC ID foi objeto de uma inspeção tributária, referente a atos de correção de valores de crédito de IVA reportados a períodos seguintes e que vieram a ser objeto de liquidação/compensação de imposto de 2006 a 2016. Na sequência da inspeção o Instituto foi, no decurso de 2019, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 216.000 Euros, e de correções no montante de 454.597 Euros. Até 31 de dezembro de 2019, o Instituto procedeu ao pagamento daquela liquidação, tendo, no entanto, apresentado recurso para o Tribunal Arbitral por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal (“AT”). Em fevereiro de 2020 foi emitido o acórdão do CAAD de Lisboa, que julgou procedentes, numa percentagem de 95,11%, as impugnações apresentadas pelo INESC ID, anulando as liquidações adicionais e parte das correções efetuadas pela AT, não tendo havido recurso desta decisão por parte da AT. No decurso de 2020 a AT procedeu à execução do Acórdão do CAAD, tendo sido devolvidos ao Instituto os valores das liquidações adicionais, juros de mora, valores de IVA a reportar, e reembolsadas as custas do processo, em conformidade com a pronúncia arbitral do CAAD.

Durante o exercício de 2021 e início de 2022 foi proferida sentença pelo Tribunal Tributário de Lisboa a qual foi substancialmente favorável ao INESC ID. Desta decisão foi interposto recurso pela AT e apresentadas contra-alegações pelo INESC ID.

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi como segue:

Descrição	2021		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579 327	-	579 327
Outras provisões	61 046	775	61 821
	<u>640 373</u>	<u>775</u>	<u>641 148</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o balanço inclui um ativo relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), no montante de 220.468 Euros e de 441.290 Euros (Nota 11).

19. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores:		
Gerais	67 243	84 276
Partes relacionadas (Nota 31)	91 725	4 444
Fornecedores de investimento	22 884	25 634
	<u>181 853</u>	<u>114 354</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar (a)	579 021	629 826
Outros acréscimos (b)	98 697	99 899
Outras dívidas a pagar (c)	523 450	560 940
	<u>1 201 168</u>	<u>1 290 665</u>
	<u>1 383 021</u>	<u>1 405 019</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de acréscimos de gastos de remunerações a liquidar, inclui a estimativa de prémios a pagar a bolsеiros e investigadores, no montante de, aproximadamente, 410.000 Euros e 420.000 Euros, respetivamente (Nota 31).
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de outros acréscimos de gastos, inclui a um saldo com partes relacionadas no montante de 57.000 Euros (Nota 31).
- (c) Na rubrica de “Outras dívidas a pagar”, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídos 502.000 Euros e 557.000 Euros, respetivamente, a entregar a parceiros de projetos nos quais o Instituto é o coordenador e o representante perante a entidade financiadora.

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 336.000 Euros. As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações sem período definido, sendo expectável que o valor das rendas se mantenha nos próximos 5 anos em valores similares aos de 2021 e 2020.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 325.906 Euros e 331.695 Euros, respetivamente.

21. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto tinha solicitado a prestação de uma garantia bancária a favor da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, relacionada com as liquidações efetuadas pelas autoridades fiscais, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), dos exercícios de 2004 e 2005, no montante de 359.327 Euros (Nota 18).

22. RÉDITO

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram integralmente realizadas no mercado nacional e tinham o seguinte detalhe:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestações de serviços	<u>730 141</u>	<u>601 330</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram prestados serviços a partes relacionadas, no montante de 45.624 Euros (Nota 31).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Subsídios à exploração”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

IF
we
11/11
S-D
D.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projetos nacionais	2 809 660	2 701 575
Projetos europeus	<u>1 124 066</u>	<u>1 087 432</u>
	<u>3 933 726</u>	<u>3 789 007</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, considerando as perdas por imparidade registadas nas mesmas (Nota 10).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhos especializados	997 501	679 540
Rendas e alugueres	325 906	331 695
Conferências	112 643	850
Honorários	104 678	15 216
Deslocações e estadas	98 078	123 985
Ferramentas e utensílios	55 444	36 452
Componentes	15 692	10 772
Livros e documentação técnica	5 526	11 615
Comunicação	4 516	5 568
Outros	<u>97 449</u>	<u>77 854</u>
	<u>1 817 433</u>	<u>1 293 547</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 1.240.792 Euros e 633.280 Euros, respetivamente (Nota 31).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações	1 410 597	1 396 304
Bolsas	1 080 733	987 456
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	316 225	323 917
Seguros	48 688	48 842
Prémios, bónus e gratificações	10 000	10 000
Indemnizações	37 047	13 339
Outros	<u>1 929</u>	<u>1 844</u>
	<u>2 905 219</u>	<u>2 781 702</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto reconheceu os montantes de 161.241 Euros e 149.560 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 31).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 45 e 48 empregados, respetivamente.

O INESC ID tem por procedimento atribuir prémios anuais aos seus empregados, bolseiros e investigadores. O valor total anual destes prémios depende do desempenho das pessoas e do volume de horas de dedicação, sendo este último critério aplicável aos bolseiros e investigadores.

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Conferências realizadas	123 363	17 436
Subsídios ao investimento (Nota 16)	227 434	177 492
Outros	55 264	3 279
	<u>406 061</u>	<u>198 207</u>

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Alienação participações financeiras (Nota 8)	-	20 673
Inscrições	35 143	4 749
Quotizações	26 107	21 683
Outros	63 829	96 226
	<u>125 079</u>	<u>143 331</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 30.399 Euros e 7.357 Euros, respetivamente (Nota 31).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascenderam a 595 Euros e 1.157 Euros, respetivamente, e respeitam à remuneração sobre depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, remuneradas a taxas normais de mercado para operações similares.

29. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascenderam 5.628 Euros e 5.474 Euros, respetivamente.

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

As rubricas de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinham a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	275 385	217 242
Ativos intangíveis (Nota 7)	392	296
	<u>275 777</u>	<u>217 538</u>

31. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	<u>2021</u>			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	(41 650)	343 072	130 062	1 250
INOV INESC Inovação	-	24 578	31 179	-
INESC MN	(3 974)	-	-	-
INESCTEC	-	32 518	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	840 624	-	29 149
	<u>(45 624)</u>	<u>1 240 792</u>	<u>161 241</u>	<u>30 399</u>
	<u>2020</u>			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros Gastos (Nota 27)
INESC	-	289 890	119 232	1 250
INOV INESC Inovação	-	-	30 328	-
IST	-	343 390	-	6 107
	<u>-</u>	<u>633 280</u>	<u>149 560</u>	<u>7 357</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, cedências de meios humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

*df
we
my
9-12*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	2021			2020	
	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Clientes (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)
INESC	-	62 516	-	-	1 031
INOV	-	28 696	-	-	-
IST	467 000	513	-	420 000	3 413
INESC MN	-	-	1 968	-	-
	<u>467 000</u>	<u>91 725</u>	<u>1 968</u>	<u>420 000</u>	<u>4 444</u>

32. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi determinado como segue:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	53 692	42 075
Número de unidades de participação (Nota 13)	100	100
Resultado por unidade de participação básico	<u>536,92</u>	<u>420,75</u>

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado por unidade de participação básico é igual ao resultado por unidade de participação diluído.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Jana Peubela

A DIREÇÃO
Maria Dias Constante de Campos
Luca de Souza
Maria Filipe Vitorino
Luca de Souza
Luca de Souza
Luca de Souza

9 Relatórios de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Relatório de Auditoria

IF
we
17/12
87-121

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

Salientamos que no exercício de 2021 foram faturados pelo IST cerca de 344 mil euros referentes a participação nos custos de estrutura dos exercícios de 2017 a 2020, inclusive, e especializados 57 mil euros referentes ao exercício de 2021.

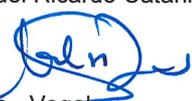
No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2021 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas e ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras acima referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 28 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL


João Manuel Ricardo Catarino - Presidente


Isabel Dias - Vogal


Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.812.641 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.369.532 euros, incluindo um resultado líquido de 53.692 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar

continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N.º 432

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.812.641 Euros e fundos patrimoniais de 1.369.532 Euros, incluindo um resultado líquido de 53.692 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC

Registo na OROC n.º 1602

Registo na CMVM n.º 20161212